

Outra vítima

Evidências do intercâmbio policial Brasil-Uruguai

Crescem os sinais de que existe, de fato, um intercâmbio de informações e de exilados entre a polícia brasileira e as forças repressivas do Uruguai — uma denúncia que tomou forma por ocasião do seqüestro de quatro uruguaios em Porto Alegre, no último dia 17 de novembro.

Alertado pelas fotos que VEJA publicou na semana passada, mostrando a mansão na praia de Punta Gorda, em Montevideu — onde a oposição uruguia afirma estarem detidos Lilian Ciliberti Rosas de Casariego e Univer-sindo Rodríguez Díaz, dois dos seqüestrados em novembro passado na capital gaúcha —, o jornalista brasileiro Nelson Rolim de Moura, de 27 anos, antigo líder da juventude do MDB no Rio Grande do Sul e que hoje mora e trabalha em Florianópolis, resolveu romper um silêncio de três anos e contar sua passagem pela “mansão da praia”.

“Eu estive preso lá, em 1975, com minha companheira”, conta Moura. “A casa é utilizada como centro clandestino de operações, interrogatório e tortura de presos políticos. E, no meu caso, ficou caracterizada a ligação entre as polícias do Brasil e do Uruguai.” No final de 1975, quando era presidente do Conselho Deliberativo do Setor Jovem do MDB de Porto Alegre, o então estudante Nelson Rolim de Moura permaneceu detido em Montevideu de 30 de novembro a 15 de dezembro sob suspeita de se dedicar a atividades subversivas. Ele foi preso com alguns livros sobre marxismo e anotações a respeito da política brasileira. Na semana passada, em Florianópolis, ele disse a VEJA que se manteve calado por mais de três anos com medo de desobedecer à recomendação expressa de “esquecer o caso”, que recebera ao ser solto, já no Brasil, de uma figura ultimamente muito conhecida: o delegado Edgar Fuques, da Polícia Federal de Porto Alegre, o mesmo que preside o inquérito sobre o seqüestro dos quatro uruguaios.

OLHOS VENDADOS — A história de Moura começou quando ele e sua com-

panheira, Elizabeth Magalhães, resolveram viajar a Buenos Aires, onde residiram de setembro de 1973 a novembro de 1974, para buscar livros e objetos que haviam deixado com amigos argentinos. A viagem de ida, passando pelo Uruguai, de ônibus e aliscafo, transcorreu sem problemas. Na volta, contudo, ao desembarcarem no porto uruguaio de Colonia, a 120 quilômetros de Montevideu, os dois foram detidos, pois a polícia encontrara em sua bagagem os livros e anotações que considerou subversivos.

“No dia da prisão”, lembra Moura, “pedi para falar com o cônsul brasileiro mas não permitiram, alegando que um diplomata não fala com subversivos.” Ainda nesta prisão de Colonia, Moura diz ter sido espancado e ameaçado de fuzilamento enquanto os militares interrogavam Elizabeth em outra cela. Na noite do dia seguinte, 1.º de dezembro, os dois foram transportados para Montevideu onde ficaram durante doze horas sob interrogatório e ameaça de metralhadoras. “Um oficial disse, então, que seríamos entregues a pessoas que mantinham contato com a polícia brasileira”, diz o jornalista.

Encapuzados e atados com um fio de luz, os dois foram então levados “para uma espécie de quartel”, onde, segundo Moura, foram novamente agredidos a socos e pontapés, antes de ser enviados para a mansão

de Punta Gorda — que o preso identificaria aos poucos, dias mais tarde, quando os policiais tiraram-lhe a venda dos olhos. “Permaneci pelo menos dez dias isolado e vendado, sofrendo interrogatórios e ouvindo minha companheira ser interrogada e espancada por um oficial em outra sala”, recorda Moura.

NEGÓCIO DESFEITO — Um dia, os dois foram colocados num automóvel que os levou para a cidade de Rivera, na fronteira com Livramento, no Brasil. “Ia conosco um agente uruguaio que falava português fluentemente”, afirma o jornalista. “Ele disse que havia feito um curso em Minas Gerais e que viajava com frequência ao Brasil.” De Rivera, os policiais levaram o casal para Livramento, em território brasileiro, até um quartel. “Lá”, prossegue Moura, “tentaram entregar-nos para a polícia brasileira, mas o coronel com quem conversaram não aceitou nos receber.”

A solução foi regressar a Rivera, onde houve um encontro com um agente da Polícia Federal brasileira. “Ele nos disse que nada podia fazer porque nosso problema era com o Uruguai”, conta o jornalista. De volta a Montevideu, Moura e Elizabeth permaneceram ainda algum tempo na mansão de Punta Gorda — mas agora sem vendas e, até mesmo, tratados com cordialidade. Até que, no dia 15 de dezembro de 1975, foram embarcados no voo 619 da Varig com destino a Porto Alegre. Viajaram só com as roupas, pois os livros e as anotações ficaram em poder dos militares uruguaios.

Além dos familiares, esperava-os no aeroporto de Porto Alegre o delegado Edgar Fuques. Na Polícia Federal, Fuques interrogou Moura durante quatro horas e, tranqüilamente, mostrou-lhe as anotações que tinham sido confiscadas pelas autoridades de Montevideu. Isso, para Nelson Moura, é “uma prova da colaboração entre as duas polícias”. “Recebi recomendações expressas de Fuques para esquecer o episódio”, afirma Moura. “Falo agora porque talvez possa ajudar a elucidar o seqüestro de Lilian e Univer-sindo.” Procurado por VEJA, Fuques disse apenas que se lembrava do episódio — “maiores informações só consultando meus arquivos, coisa impossível de fazer, no momento, por falta de tempo”.

ALDO GRANGEIRO



LOURIVAL BENTO



Moura e a mansão: “Estive preso lá”